

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.452.636 - RS (2014/0105449-4)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
RECORRENTE : **MOINHO VACARIA INDUSTRIAL E AGRÍCOLA LTDA**
ADVOGADOS : **MIGUEL FERNANDO LOPES DO COUTO - RS042220**
: **VINÍCIUS LISBOA DOS SANTOS E OUTRO(S) - RS068692**
RECORRIDO : **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**
PROCURADOR : **PROCURADORIA-GERAL FEDERAL - PGF**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial manejado por **Moinho Vacaria Industrial e Agrícola LTDA.** com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, assim ementado (fl. 537):

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO REGRESSIVA DE INDENIZAÇÃO. PRESCRIÇÃO. BENEFÍCIO ACIDENTÁRIO. ACIDENTE DO TRABALHO. NORMAS DE SEGURANÇA. NEGLIGÊNCIA DA EMPREGADORA. COMPROVAÇÃO. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. ARTIGO 120 DA LEI 8.213/91. CONSTITUCIONALIDADE.

1. Tratando-se de pedido de ressarcimento de valores pagos pelo INSS a título benefício acidentário, quanto à prescrição, é aplicável ao caso, pelo princípio da simetria, o disposto no art. 1º do Decreto nº 20.910/32 (prescrição quinquenal). Precedentes do Superior Tribunal de Justiça.

2. Demonstrada a negligência da empregadora quanto à adoção e fiscalização das medidas de segurança do trabalhador, tem o INSS direito à ação regressiva prevista no art. 120 da Lei nº 8.213/91.

3. A constitucionalidade do artigo 120 da Lei nº 8.213/91 foi reconhecida por este TRF, nos autos da Arguição de Inconstitucionalidade na AC nº 1998.04.01.023654-8.

A parte recorrente aponta violação aos arts. 267, VI, do CPC/73; 18, I, *h*, II, *a*, 74 e 86 da Lei nº 8.213/91; 935 do CC/2002; e 386 do CPP. Sustenta que: (I) não é devido o ressarcimento ao INSS decorrente do pagamento de pensão por morte, ainda que o óbito decorra de acidente de trabalho, na medida em que a verba não guarda natureza indenizatória, de modo que a ação não comportava sequer conhecimento; e (II) há sentença

Superior Tribunal de Justiça

criminal que absolveu os proprietários da empresa e reconheceu a existência de culpa exclusiva da vítima pelo acidente, o que afasta a responsabilidade civil na hipótese.

Contrarrazões às fls. 573/589.

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Registre-se, de logo, que o acórdão recorrido foi publicado na vigência do CPC/73; por isso, no exame dos pressupostos de admissibilidade do recurso, será observada a diretriz contida no Enunciado Administrativo n. 2/STJ, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9 de março de 2016 (*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/73 – relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016 – devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça*).

Feita essa observação, nota-se que a Corte de origem entendeu que o ressarcimento ao INSS, em virtude do pagamento de pensão por morte decorrente de acidente do trabalho, seria possível. Leia-se (fl. 527):

Com efeito, o pedido do INSS não é juridicamente impossível, uma vez que o direito de regresso, para reaver as despesas com benefícios previdenciários decorrentes do dano imputado à empresa requerida encontra respaldo constitucional e legal, em especial na Lei nº 8.213/91, art. 120. Releva observar que o dispositivo legal não limita a indenização da Previdência Social aos dispêndios com o auxílio-acidente, como sustenta a ré. Logo, a pretensão não é vedada pelo ordenamento jurídico pátrio; ao revés, tem assento expresso nas normas que estruturam o sistema brasileiro. Por outro lado, de ilegitimidade igualmente não padece o INSS, porque a ele incumbe arcar com as prestações previdenciárias e, portanto, é o titular do direito posto em causa.

Esse entendimento condiz com a jurisprudência deste Superior Tribunal sobre o assunto. Veja-se:

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. AÇÃO REGRESSIVA.

ASSASSINATO DE SEGURADA PELO EX-MARIDO. RESSARCIMENTO AO INSS PELOS VALORES PAGOS A TÍTULO DE PENSÃO POR MORTE AOS BENEFICIÁRIOS. REPARAÇÃO CIVIL POR ATO ILÍCITO QUE CAUSAR DANO A OUTREM. POSSIBILIDADE.

1. [...]

5. O agente que praticou o ato ilícito do qual resultou a morte do segurado deve ressarcir as despesas com o pagamento do benefício previdenciário, mesmo que não se trate de acidente de trabalho, nos termos dos arts. 120 e 121 da Lei nº 8.213/91, c/c os arts. 186 e 927 do Código Civil.

Recurso especial improvido.

(REsp 1.431.150/RS, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 23/8/2016, DJe 2/2/2017)

Assim, irreprochável o acórdão recorrido no ponto.

Quanto ao mais, constata-se que o órgão julgador *a quo* dirimiu a controvérsia asseverando o seguinte (fls. 530/534):

Conforme se pode deduzir da documentação carreada ao feito, a máquina não dispunha de estrutura de encarceramento das transmissões de força (foto das fls. 204/8), embora contasse com o isolamento por anteparo de madeira (foto da fl. 206), através do qual os empregados tinham fácil acesso ao mecanismo perigoso, o que não constituía, evidentemente, o meio mais eficiente para evitar acidentes. Realmente, a pessoa que, por circunstâncias do serviço, fosse obrigada a ingressar naquele local, enquanto a máquina estivesse funcionando, ficaria sujeita a sofrer um acidente grave, tal como ocorreu no caso em apreço.

Nesse passo, as provas carreadas aos autos comprovaram que a ré foi negligente, no que respeita à observância das normas necessárias à segurança dos empregados. Importa ainda destacar que, alguns meses depois do acidente ocorrido, atendendo às exigências determinadas pelo Auditor-fiscal do Trabalho (conforme Termo de Interdição ou Embargo e o Termo de Inspeção das fls. 29-31, lavrado em 19-04-2004, sete dias após o acidente), a empresa procedeu à adequação das máquinas, tendo os mecanismos de segurança sido aprovados por engenheiro de segurança do trabalho.

[...]

Superior Tribunal de Justiça

Em suma, não há como afastar a responsabilização da empresa ré pelo acidente que provocou a morte de Vercelino Schneider Barbosa, já que, caso a máquina estivesse dotada de dispositivos mecânicos de travamento e efetivamente enclausurada - exigidos expressamente pelos fiscais do Ministério do Trabalho -, a morte não teria ocorrido.

Por fim, registre-se que a absolvição do administrador da empresa, Sr. Artur Ting, com fulcro no art. 386, inciso IV, do Código de Processo Penal (fl. 326), com redação anterior à Lei nº 11.690/08, não elide a responsabilidade civil, conforme preceitua o art. 935 do Código Civil.

Assim, uma vez comprovada a culpa da ré no evento danoso, a ação é procedente, devendo a empresa ser condenada a ressarcir ao INSS os valores despendidos com o pagamento do benefício de pensão por morte nº 1332695415.

Nesse contexto, nota-se que o recurso especial, ao defender exclusivamente a prevalência da conclusão da sentença penal, que reconheceu a culpa exclusiva da vítima, não impugnou fundamento basilar que ampara o acórdão recorrido, qual seja, o de que ficou comprovado, no âmbito administrativo, que a negligência da empresa foi responsável pelo acidente laboral. Esbarra-se, pois, no obstáculo da Súmula 283/STF, que assim dispõe: "*É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida se assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles.*". A respeito do tema: **AgRg no REsp 1.326.913/MG**, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 4/2/2013; **EDcl no AREsp 36.318/PA**, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 9/3/2012.

ANTE O EXPOSTO, não conheço do recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator